



CONGRESSO NACIONAL

MPV-449

00253

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 449/08
------	--

autor Deputado Luiz Carreira	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o artigo 49 da Medida Provisória.

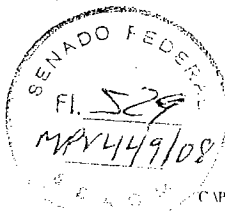
JUSTIFICATIVA

O artigo em questão não respeita o artigo 150 do Código Tributário Nacional - CTN, tendo em vista que no caso de lançamento por homologação, o contribuinte presta informações à autoridade administrativa, calcula o valor do tributo devido, efetuando, portanto, ele próprio sua notificação para o recolhimento, e paga e aguarda a confirmação de seus atos por parte da autoridade administrativa (homologação).

Da data da homologação do lançamento, portanto da constituição definitiva do crédito tributário, começa a correr o prazo da prescrição para a ação de cobrança da Fazenda Pública (art. 173 do CTN).

Em matéria tributária o prazo de decadência refere-se ao exercício do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário por meio do lançamento. Isto quer dizer o seguinte: o CTN assinala um prazo para que a Fazenda Pública documente a existência de seu crédito tributário, por meio do lançamento. A falta de documentação do crédito da Fazenda Pública torna a sua cobrança impossível. Se a administração pública deixar de efetuar o lançamento do tributo no prazo estipulado por lei, entende-se que não há interesse na cobrança, ou que a Fazenda Pública abriu mão de seu direito.

PARLAMENTAR



Raceli 10.12.08
21 de fev
Hel
Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa